

POR UM PARADIGMA EMERGENTE NO DOMÍNIO FUNCIONAL DA ESPECIFICAÇÃO NOMINAL

Francisco Wildson CONFESSOR
Departamento de Letras – UFRN

Resumo: Neste estudo, sob a égide do funcionalismo lingüístico de vertente norteamericana (HOPPER, 1998; GIVÓN, 2001; HOPPER; TRAUGOTT, 2003; FURTADO DA CUNHA; OLIVEIRA; MARTELOTTA, 2003), proponho que os itens lingüísticos *AQUI*, *AÍ*, *ALI* e *LÁ*, através do processo de gramaticalização, migraram do domínio funcional da dêixis espacial para o da especificação nominal, passando a atuarem também como marcadores de especificidade de sintagmas nominais indefinidos. Nessa função, os itens sob enfoque integram o SN, acrescentando-lhe um traço [+específico], o que indica que seu referente é específico do ponto de vista do falante, isto é, o falante conhece a identidade do referente em questão ou conhece ao menos alguma informação sobre o referente do SN a respeito da qual, por alguma razão, não quer ou não pode revelar maiores detalhes. Na análise dos dados, fundamento-me na proposta de trajetória de gramaticalização ESPAÇO > (TEMPO) > TEXTO (HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991), segundo a qual elementos indicadores de espaço externo, por transferência metafórica, passam a ser empregados como indicadores temporais e, por fim, como organizadores do espaço textual, sendo possível também um percurso do espaço externo diretamente para o espaço textual. Uma outra proposta que levo em consideração é a da iconicidade paradigmática de Krug (2001), para quem certos itens lingüísticos que desempenham uma mesma função na língua passam a formar uma espécie de paradigma ao sofrerem gramaticalização.

Palavras-chave: marcadores de especificidade de SN, funcionalismo, gramaticalização, iconicidade paradigmática

INTRODUÇÃO

É comum, nas línguas em geral, que novas formas surjam na codificação de uma determinada função lingüística. Hopper (1991) refere-se a esse fenômeno como estratificação (*layering*). Essa diversidade formal surge, segundo Hopper (*op. cit.*, p. 23), porque uma forma ou um conjunto delas, ao emergir em um dado domínio funcional¹, não

¹ Utilizo a expressão *domínio funcional* no sentido proposto por Givón (1984), isto é, para denominar as áreas funcionais que compõem a gramática, que podem corresponder a áreas funcionais gerais (ou macrodomínios), como TAM (tempo/ aspecto/ modalidade), caso, referência, ou a áreas mais estritas (microdomínios), como o tempo futuro, o sujeito, a dêixis, a especificação nominal, etc.

substitui imediatamente – ou mesmo nunca vem a substituir completamente – o conjunto já existente de formas equivalentes funcionalmente; mas, ao contrário, esses dois conjuntos de formas passam a coexistir, podendo ser especializados para itens lexicais particulares, classes peculiares de construções ou registros sociolingüísticos; podem ainda ter significados levemente distintos ou apenas serem reconhecidos como alternativas estilísticas.

Neste estudo, sob a égide do funcionalismo lingüístico de vertente norte-americana (HOPPER, 1998; GIVÓN, 2001; HOPPER; TRAUGOTT, 2003; FURTADO DA CUNHA; OLIVEIRA; MARTELOTTA, 2003), proponho que os itens lingüísticos *AQUI*, *AÍ*, *ALI* e *LÁ*, através do processo de gramaticalização, migraram do domínio funcional da dêixis espacial para o da especificação nominal, passando a atuarem também como marcadores de especificidade de sintagmas nominais indefinidos, constituindo, assim, as camadas mais recentes desse domínio e passando a formar um novo paradigma para a especificação nominal².

Para tanto, este trabalho estrutura-se da seguinte forma: na próxima seção apresento alguns aspectos fulcrais da teoria em que me baseio – o funcionalismo lingüístico norte-americano – e, em seguida, teço considerações acerca do domínio funcional da especificação nominal. Completam o trabalho as considerações finais e as referências bibliográficas.

O FUNCIONALISMO LINGÜÍSTICO

O funcionalismo norte-americano toma como objeto de estudo o discurso, isto é, a língua em situações reais de uso, procurando “explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso” (FURTADO DA CUNHA et al., 2003, p. 29). Nessa perspectiva, os domínios da sintaxe, da semântica e da pragmática são relacionados e interdependentes, já que para o funcionalismo as orações de um texto têm dupla função – semântica e pragmática. Assim, o que se comunica em cada situação, além do conteúdo semântico da língua, é a natureza e o propósito do ato de fala como fenômeno cultural e cognitivo.

A lingüística funcional concebe a gramática como um conjunto de regularidades convencionalizadas via repetição, isto é, expressões e orações antes inovadoras, por serem muito usadas acabam por rotinizar-se e, assim, passam a fazer parte do repertório lingüístico dos falantes e, desse modo, acabam por adentrar na gramática de uma língua. Nesse sentido, a gramática de uma língua nunca está completa; está sempre mudando em busca de sua constituição, mas nunca chegando a se constituir de fato. (cf. HOPPER, 1987, 1998).

² É oportuno lembrar que o surgimento desse novo paradigma não significa necessariamente a eliminação das camadas mais antigas, apenas uma mudança na língua.

Esse processo de mudança permanente da gramática das línguas é o foco dos estudos de gramaticalização. O termo *gramaticalização* foi criado pelo lingüista francês Antoine Meillet, um antigo aluno de Saussure e estudioso das línguas indo-européias, para se referir a “atribuição de um caráter gramatical a uma palavra previamente autônoma” (MEILLET, 1912, p. 131 *apud* HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p. 19).

Heine et al. (1991b) postulam que existe um processo de problem-solving (resolução de problemas) subjacente à gramaticalização que é metaforicamente estruturado, isto é, se dá pela expressão de uma coisa nos termos de outra, podendo ser descrito na forma de algumas categorias básicas, organizadas da seguinte maneira:

PESSOA > OBJETO > PROCESSO > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE

De acordo com esses autores, essas categorias representam um domínio de conceitualização importante para a estruturação da experiência, e a relação entre elas é metafórica: qualquer uma delas pode servir para conceitualizar qualquer outra categoria à sua direita, consistindo no que Heine et al. (op. cit., p. 157) propuseram chamar de metáforas categoriais, como ESPAÇO É UM OBJETO ou TEMPO É ESPAÇO.

Vale ressaltar ainda que as fronteiras entre as categorias não são claramente definidas, existindo um continuum entre elas. Assim, no processo de gramaticalização, pode haver estágios de ambigüidade em que uma palavra ou construção pode fazer parte de duas categorias simultaneamente. Além disso, Heine et al. (op. cit.), bem como a maioria dos teóricos funcionalistas, defendem o princípio da unidirecionalidade, segundo o qual as formas sofrendo gramaticalização tendem a adquirir significados cada vez mais abstratos, nunca ocorrendo o contrário.

Heine et al. (1991a) também propõem trajetórias mais específicas para certos processos de gramaticalização. Por exemplo, apresentam a seguinte trajetória como tipicamente envolvida na gramaticalização de conjunções: ESPAÇO > (TEMPO) > TEXTO. Segundo essa proposta, elementos indicadores de espaço externo, por transferência metafórica, passam a ser empregados como indicadores temporais e, por fim, como organizadores do espaço textual, sendo possível um percurso do espaço externo diretamente para o espaço textual. Os autores consideram a categoria TEXTO como pertinente à categoria QUALIDADE (um de seus subtipos).

O processo de gramaticalização também envolve os mecanismos da reanálise e da analogia. Hopper e Traugott (2003) concebem a reanálise como um mecanismo geral de gramaticalização através do qual as propriedades gramaticais – sintáticas e morfológicas – e semânticas das formas são modificadas, constituindo mudanças em interpretação, mas não na forma, a princípio. Para esses autores, a reanálise é o mais importante mecanismo para a gramaticalização.

Uma definição clássica de reanálise é a de Langacker, para quem esta é vista como uma “mudança na estrutura de uma expressão que não envolve qualquer modificação imediata ou intrínseca de sua manifestação aparente”. (1977, p. 58 *apud* HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p. 51). A reanálise não é, portanto, diretamente observável.

Na reanálise, o ouvinte pode entender que uma forma tem uma estrutura e um sentido que são diferentes daqueles do falante, isto é, os usuários da língua mudam a percepção de como os diferentes constituintes da língua (os sintagmas) são organizados. Os autores apresentam como exemplo a palavra *hamburger*, que deixa de ser entendida [Hamburg] + [er] ‘o que é originário de Hamburgo’ (nesse caso um tipo de sanduíche) e passa a ser ouvida como [ham] + [burger], em que *burger* passa, sozinho, a designar o sanduíche, podendo ser combinado com outras palavras como *cheese*, *beef* e *ham*.

Para Hopper e Traugott (*op. cit.*), a reanálise envolve reorganização sintagmática, linear, freqüentemente local, mudança na regra e forte dependência do contexto, que é o desencadeador das mudanças proporcionadas pela atuação desse mecanismo. Por isso, os autores associam a reanálise ao processo cognitivo da metonímia.

O mecanismo da analogia não promove mudança na regra, mas possibilita a expansão/divulgação das mudanças trazidas pela reanálise para o interior do sistema lingüístico. Enquanto a reanálise refere-se à substituição de estruturas antigas por novas e é secreta, a analogia, por contraste, é manifesta, e refere-se à atração de formas preexistentes na língua a construções também já existentes. Em essência, esses mecanismos envolvem inovação ao longo de diferentes eixos. A reanálise opera ao longo do eixo “sintagmático” da estrutura constituinte linear. Já a analogia opera ao longo do eixo “paradigmático”, envolvendo mudança nos padrões de uso e está relacionada ao mecanismo cognitivo da metáfora.

Segundo Hopper e Traugott (*op. cit.*), apesar de somente a reanálise poder criar novas estruturas gramaticais, o papel da analogia não deveria ser subestimado no estudo da gramaticalização, já que seus produtos, por serem manifestos, são em muitos casos a principal evidência para os falantes de uma língua – e até para os lingüistas – de que uma mudança aconteceu.

Givón (2001) considera a gramática como um sistema de base biológica, adaptativamente motivada, sendo, em princípio, não-arbitrária, defendendo, pois, o princípio da iconicidade na língua. Esse princípio advém do trabalho do filósofo norte-americano Charles Sanders Peirce e pode ser definido, de maneira geral, como a propriedade de similaridade entre um item e outro. Peirce fez a distinção entre dois tipos de iconicidade – a imagética e a diagramática (cf. HOPPER; TRAUGOTT, 2003). Iconicidade imagética diz respeito à semelhança sistemática entre um item e seu referente, como uma fotografia ou uma escultura de uma pessoa, que procuram espelhar tal pessoa. Já a iconicidade diagramática refere-se à combinação sistemática de signos na qual vários fenômenos gramaticais refletem vários aspectos do mundo que nos rodeia, do mundo conforme o experienciamos (cf. DUTRA, 2003). Um exemplo bem conhecido de iconicidade diagramática é a tendência de a ordem dos eventos numa narrativa coincidir com a ordem em que ocorreram no mundo real, como na famosa citação de César “Veni, vidi, vici” (Vim, vi, venci), que espelha a ordem em que os fatos mencionados aconteceram.

Krug (2001), por seu turno, defende a existência da iconicidade paradigmática, afirmando que a iconicidade não é necessariamente destruída no decorrer do processo de gramaticalização; é apenas transformada. Esse autor propõe um *Princípio da Iconicidade das Categorias Gramaticais*, afirmando que:

[...] quanto mais uma forma se refere ao que é translingüísticamente percebido como um morfema gramatical, mais distinta será sua forma lingüística das formas vizinhas e de sua construção fonte sintagmaticamente, e mais semelhante será das formas correlatas paradigmaticamente. (*op. cit.*, p. 322)

Esse princípio destaca que a iconicidade, assim como a gramaticalização, tem uma dimensão sintagmática e uma paradigmática. Logo, quando uma forma se gramaticaliza, perde em iconicidade sintagmática e ganha em iconicidade paradigmática, um tipo ainda mais abstrato de iconicidade. Krug (*op. cit.*) ilustra seu princípio com um grupo de verbos modais do inglês, os quais são denominados por ele de *modais emergentes*, como BE GOING TO, HAVE GOT TO e WANT TO, que, ao se gramaticalizarem, sofrem um processo de univerbação, através do qual há redução em sua estrutura fonológica, resultando num paradigma para esse grupo de verbos: verbos formados por duas sílabas, segundo o padrão /'CVCə/, no qual C representa a consoante, V a vogal e ə a *schwa* – uma vogal final reduzida. Assim, temos:

want to	>	wanta	>	wanna
is/am/are going to	>	's/'m/'re going to	>	gonna
have/has got to	>	've/'s got to	>	gotta

O DOMÍNIO FUNCIONAL DA ESPECIFICAÇÃO NOMINAL

O domínio funcional da especificação nominal é constituído, dentre outras formas, pelas que a gramática tradicional classifica como pronomes indefinidos, caso de CERTO, ou adjetivos – DADO, DETERMINADO, ESPECÍFICO etc. Nessa função, os itens sob enfoque passam a integrar o SN, acrescentando-lhe um traço [+específico], o que indica que seu referente é específico do ponto de vista do falante, isto é, o falante conhece a identidade do referente em questão ou conhece ao menos alguma informação sobre o referente do SN a respeito da qual, por alguma razão, não quer ou não pode revelar maiores detalhes (vide exemplos):

- (01) Em uma CERTA ocasião, quando estavam com fome, a cachorra trouxe uma caça e a sinhá ficou feliz, fazendo uma festa ao beijar a boca da cachorra. (*Corpus D&G Natal* – parte escrita).

- (02) A religião católica é boa, no entanto, não admite questionamento, ou seja, não consegue explicar *DETERMINADAS* coisas, como: se Deus é tão bom, por quê nas ruas encontramos pessoas deficientes sofrendo? se Deus prega a igualdade, por quê essa discriminação de classes? (*Corpus D&G Natal – parte escrita*).

Através do processo de gramaticalização, outros elementos passaram a integrar esse domínio. O primeiro deles foi o advérbio locativo *AÍ*, que, seguindo a trajetória *ESPAÇO > (TEMPO) > TEXTO*, passa a atuar também como marcador de especificidade de SN indefinidos, sem deixar de codificar sua função fonte. O processo de gramaticalização de *AÍ* pode, assim, ser representado esquematicamente da forma que segue:

ESPAÇO > ESPAÇO/MARCAÇÃO DE ESPECIFICIDADE > ESPECIFICIDADE.

Nesse esquema, ilustrado pelos exemplos (03), (04) e (05), vemos a trajetória de gramaticalização de *AÍ*: inicialmente esse item exercia apenas sua função fonte de dêitico locativo (*ESPAÇO – exemplo 03*); posteriormente, passou a desempenhar uma função híbrida, ambígua, um pouco dêitico, um pouco marcador de especificidade (*ESPAÇO/ MARCAÇÃO DE ESPECIFICIDADE – exemplo 04*); e por último, passou a atuar inequivocamente como marcador de especificidade de SN indefinidos (*MARCAÇÃO DE ESPECIFICIDADE – exemplo 05*).

- (03) Marcos ... eu não pretendo ... por enquanto fazer mestrado em filosofia não ... eu pretendo fazer um outro curso *AÍ* na universidade que será ... o educação artística (*Corpus D&G Natal – parte oral*).
- (04) é ... tava com ele ... *aí* Jor/ *aí* seu Carrilho disse ... “não ... ainda não fui atendido ... eu gostaria é:: de quando o senhor tivesse um tempo é:: o senhor me desse uma certa atenção que eu tô precisando é:: ver um material *AÍ*” ... (*Corpus D&G Natal – parte oral*).
- (05) *aí* quando é agora né ... a professora me deu uma partitura de uma música *AÍ* ... é:: eu demorei o que ... uns ... umas cinco ... cinco aula ... ou seja ... um mês ... e uma aula ... são quatro ... são quatro aulas por mês ... uma na semana ... *aí* deixe eu ver ... eu demorei cinco aulas ... pra poder aprender a partitura todinha (*Corpus D&G Natal – parte oral*).

A seguir, entram em ação o mecanismo da analogia e o construto da iconicidade paradigmática (se bem que de uma maneira não tão explícita como no caso dos modais emergentes estudados por Krug (2001), que promovem a expansão da regra para outros advérbios locativos como *AQUI*, *AÍ* e *LÁ*, os quais passam a fazer parte também do domínio funcional da especificação nominal, ao lado de *CERTO*, *DETERMINADO* e

ESPECÍFICO, e perdem sua mobilidade como dêiticos, tendo, a partir de então, uma posição fixa no interior do SN. Tais *marcadores de especificidade de SN emergentes* teriam como estrutura paradigmática a seguinte:

um + N + marcador de especificidade

Os exemplos a seguir procuram corroborar tal hipótese, já que neles tanto o item *LÁ* (exemplo 06) quanto o item *ALI* (exemplo 07) parecem se comportar como marcadores de especificidade de SN, e não como dêiticos locativos, apontando não para o local onde se encontram os referentes dos SN, mas para um *cassetete* e uma *amiga* específicos para o falante, que opta por não revelar mais detalhes sobre eles.

- (06) aí falou lá pra ele que ele era ... ir lá em cima na parte desenterrar lá um negócio que tava enterrado lá ... uma pedra lá ... uma pedra sagrada de cima ... aí ... ele foi armado e tudo né ... foi armado com ... com revólver ... com espingarda ... e um cassetete *LÁ* ... que ele num tinha muita arma ... (*Corpus D&G Natal* – parte oral).
- (07) eu acho por exemplo ... aí eu num sabia nem o que dizer ... eu tinha que dizer “eu fiquei com fulano ... a na festa” ... mas não ... mãe não gosta disso ... aí eu ... tem gente como ... tá certo que tem ... tem muitas pessoa como ... uma amiga minha *ALI* que ela disse que não gosta de ficar ... ela disse que nunca vai ficar ... mas ... eu ... eu di/ eu também dizia isso ... que eu nunca ia ficar ... aí sempre quando eu vou numa festinha ... tem vez que eu fico ... mas é muito difícil ... (*Corpus D&G Natal* – parte oral).

Com relação ao advérbio *AQUI*, este parece, nos poucos dados coletados até o momento, ainda muito ligado à dêixis espacial, talvez por relacionar-se diretamente ao falante, indicando que algo ou alguém se encontra próximo a ele, e não ao ouvinte, como os outros marcadores emergentes. No entanto, o exemplo a seguir parece indicar que *AQUI* também está adentrando nesse paradigma emergente.

- (08) "Eu me lembrei que eu tenho um negócio *AQUI* pra resolver" (F., masculino – conversação espontânea).

À primeira vista pode parecer óbvio que esse dado é inequivocamente espacial, porém, quando perguntado ao enunciador dessa frase se o *AQUI* se referia ao lugar aonde ele iria resolver o que quer que fosse ou se era algo específico que ele não podia ou não queria mencionar, ele concordou que se tratava da segunda opção, pois o tal *negócio* não era no local onde ele se encontrava nem na cidade onde ele morava. Destarte, o simples fato

de uma ocorrência como essa suscitar algum tipo de ambigüidade já é um forte indício para a gramaticalização dessa forma lingüística.

À GUIA DE CONCLUSÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Essa pesquisa ainda encontra-se na fase de coleta de dados. Os próximos passos incluem uma análise detalhada das ocorrências de AQUI, AÍ, ALI e LÁ, a fim de verificar as semelhanças e diferenças semântico-pragmáticas entre essas formas, bem como o levantamento de quais implicaturas conversacionais podem ocorrer em seus contextos de uso. Posteriormente, também pretendo aplicar questionários a falantes de diferentes faixas etárias, a fim de observar a consciência que eles têm acerca da gramaticalização dessas formas lingüísticas.

REFERÊNCIAS

- FURTADO DA CUNHA, M. A. (Org.) *Corpus discurso & gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal: EDUFRN, 1998.
- _____; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.) *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.
- DUTRA, R. *O falante gramático: introdução à prática de estudo e ensino do português*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
- GIVÓN, T. *A functional-typological introduction*. v. I e II, Amsterdam: John Benjamins, 1984.
- _____. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.
- _____. *Syntax*. v. I. Amsterdam: John Benjamins, 2001.
- HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: University of Chicago Press, 1991a.
- _____. From cognition to grammar: evidence from African Languages. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Eds.) *Approaches to grammaticalization*. v. 1 Amsterdam: John Benjamins, 1991b. p. 149-188.
- HOPPER, P. J. Emergent grammar. *BLS*, v. 13, 1987. p. 139-157.
- _____. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Eds.) *Approaches to grammaticalization*. v.1. Amsterdam: John Benjamins, 1991. p.17-35.
- _____. Emergent grammar. In: TOMASELLO, M. (Ed.) *The new psychology of language*. New Jersey: Lawrence Erlbaum. 1998. p. 155-175.
- _____; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

KRUG, M. G. Frequency, iconicity, categorization: Evidence from emerging modals. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. J. (Eds.) *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2001. p. 309-335.